



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input checked="" type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

As manifestações do Brasil 2013 e a questão da habitação: Um estudo empírico ligando passado e presente

Brazilian protests in 2013 and the housing issue: Empirical studies link the past and the present

Manifestaciones de Brasil 2013 y el tema de la vivienda: un estudio empírico que une pasado y presente

SCHMITT, Adriana Milhomem (1);

ALVARES, Lucia Capanema (2);

BASTOS, Paulo (3)

(1) Mestranda, Universidade Federal Fluminense, UFF, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, Niterói, RJ, Brasil, email: amsadriana@gmail.com

(2) Professora Doutora, Universidade Federal Fluminense, UFF, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, Niterói, RJ, Brasil, email: luciacapanema@gmail.com

(3) Doutorando, Universidade Federal Fluminense, UFF, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, PPGAU, Niterói, RJ, Brasil, email: paulobastos73@gmail.com



As manifestações do Brasil 2013 e a questão da habitação: Um estudo empírico ligando passado e presente

Brazilian protests in 2013 and the housing issue: Empirical studies link the past and the present

Manifestaciones de Brasil 2013 y el tema de la vivienda: un estudio empírico que une pasado y presente

RESUMO

As manifestações recentes no Brasil, de junho de 2013 até hoje, estão sendo palco para várias reivindicações dirigidas aos órgãos públicos, relativas à eficácia nos diversos setores de serviços de sua competência, garantidos pela legislação brasileira e tratados internacionais. Nesse artigo, argumenta-se que uma das reivindicações importantes nas manifestações é a forma como a política de habitação se materializa nas grandes cidades brasileiras, cuja solução dada pelos órgãos responsáveis tem como base a remoção de famílias em locais "irregulares" seguindo o credo neoliberal.

PALAVRAS-CHAVE: manifestações 2013, remoções, habitação, planejamento estratégico, serviços públicos

ABSTRACT

The recent demonstrations in Brazil, from June 2013 to the present day, have staged a number of claims directed at public agencies and related to the effectiveness of the various mandatory services and facilities managed by them according to the Brazilian legislation and guaranteed by international treaties. In this article, we argue that one of the important claims in the demonstrations is how housing policies have been materialized in the major Brazilian cities, based on forced eviction of families in 'unfit' locations in accordance with neoliberal planning canons.

KEY-WORDS: Brazilian protests 2013, forced evictions, housing, strategic planning, public services

RESUMEN

Las recientes manifestaciones en Brasil, a partir de junio de 2013 hasta el día de hoy, han protagonizado una serie de reclamaciones dirigidas a organismos públicos y relacionados con la efectividad de los distintos servicios obligatorios, garantizados por la legislación brasileña y los tratados internacionales. En este artículo, sostenemos que una de las reivindicaciones importantes de las manifestaciones es cómo se materializa la política de vivienda en las principales ciudades brasileñas, cuya solución dada por las agencias responsables se basa en el desalojo forzoso de las familias en lugares 'irregulares', bajo una lógica neoliberal de planificación.

PALABRAS-CLAVE: manifestaciones Brasil 2013, desalojo forzoso, vivienda, planificación estratégica, servicios públicos



1 INTRODUÇÃO

As manifestações, que vem ocorrendo com mais frequência nas cidades brasileiras desde junho de 2013, trazem à tona questionamentos de suma importância no contexto social do país. Um deles trata das remoções de famílias em áreas de ocupação "irregular". Nesse sentido é importante perceber como os problemas urbanos - a precariedade da infraestrutura, dos transportes, das condições habitacionais, da saúde e da educação públicas – estão interligados e refletem a perene falta de investimentos e políticas públicas para a população mais pobre.

Nesse artigo, argumenta-se que uma parcela considerável da população participante das manifestações se engajou numa luta por melhores condições de vida, somadas todas as dificuldades vividas cotidianamente. Argumenta-se também que as remoções da população de baixa renda, que nos trazem a memória de tempos sombrios, foram o principal mote daqueles que lutam por moradia digna, dada sua proeminência no cenário neoliberal das administrações municipais brasileiras. No Rio de Janeiro, onde o planejamento estratégico é adotado desde a década de 1990 e o empreendedorismo urbano chega ao ápice com a atração dos megaeventos Copa e Olimpíadas, as manifestações evidenciam com grande clareza a relevância do direito cidadão à qualidade de vida.

2 METODOLOGIA

As hipóteses deste trabalho referem-se à política de remoções forçadas do Rio de Janeiro, que: a) fazem parte dos projetos de cidades ditados pelo planejamento estratégico adotado nas cidades brasileiras; b) foram uma motivação importante presente nas manifestações; e pelas quais se relacionam c) referem-se à má qualidade dos serviços públicos em geral (considerando-se que habitação é um conjunto de fatores e não apenas a moradia) e d) referem-se aos gastos públicos com megaeventos, que têm sido a grande justificativa para as remoções.

A pesquisa procedeu à revisão bibliográfica de alguns dos principais autores nas áreas de habitação e movimentos sociais para definição das hipóteses. E foi elaborada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense, na disciplina de Métodos de Pesquisa, entre agosto e dezembro de 2013 e teve cunho exploratório. Após delineadas as hipóteses de pesquisa, procedeu-se à fase empírica, de caráter quantitativo, tendo como universo a cidade do Rio de Janeiro, a partir da qual se pretende argumentar uma generalização para as manifestações brasileiras em 2013 de forma geral. A cidade, que protagoniza a recepção de megaeventos, apresenta fatores que aguçam e disseminam os sentimentos expressos pela população, mas retrata, de maneira geral, as mesmas expectativas e motivações manifestas pelo Brasil. Suas grandes obras de renovação urbana estão claramente inseridas no contexto de empresariamento da cidade (HARVEY, 1996).

Estimando-se em pelo menos um milhão de pessoas o número de manifestantes neste universo e conforme Gerardi (1981), estipulou-se uma amostra probabilística de 385 manifestantes para efeito de inferência estatística. Para fins de aplicação dos formulários - 20 questões (com um total de 40 subitens), sendo 5 descritivas e 15 atitudinais, buscou-se mapear os grupos mais presentes de acordo com a mídia e a própria experiência qualitativa dos alunos e professora em seus locais de maior frequência, como as proximidades dos campos de importantes nós do transporte público, entre outros. É preciso salientar, porém, que os alvos da pesquisa foram locais escolhidos como representativos dos grupos priorizados, mas não se



ativeram, nem mesmo questionaram, o pertencimento dos entrevistados aos grupos priorizados. Assim, pode-se falar em entrevistas agrupadas segundo ‘vieses’ (sem exclusão de pertencentes a outros grupos): estudantes universitários (105 entrevistas ou 27,3%); usuários de transportes públicos (70 entrevistas ou 18,2%); estudantes do ensino médio, professores, profissionais de arte e cultura, profissionais de saúde, GLBT e militantes de centro-esquerda em geral (35 entrevistas ou 9,1% para cada grupo).

Alguns entrevistadores não se ativeram aos locais escolhidos, perfazendo um total de aproximadamente 10% de entrevistas realizadas com público similar ao pretendido, mas fugindo ao desenho inicial da pesquisa. Estima-se que estes desvios não terão invalidado a inferência estatística, já que em nenhum caso foi realizada entrevista com pessoa que não tenha participado das manifestações.

Os dados foram tabulados e manipulados utilizando-se o software SPSS 20.0, considerando principalmente as frequências e correlações significantes na amostra e as probabilidades no universo. A primeira questão, aberta (“Qual o seu principal motivo para participar das manifestações?”), foi categorizada de forma a agrupar temas similares até que a categoria “outros”, perfazendo ao fim 10% dos entrevistados, não pudesse ser desmembrada em algum grupo com representação igual ou maior que 1% das respostas. Para fins de inferência estatística, algumas variáveis não atingiram a distribuição normal e foram desconsideradas para o universo.

Para efeito de contextualização foi feito um levantamento historiográfico das políticas nacionais de habitação no Brasil, demonstrando como as remoções são solução antiga e usual, particularmente nas grandes cidades. Apresenta-se também um estudo de caso da Vila Autódromo, comunidade que ganhou grande destaque nas manifestações e seus resultados.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

HABITAÇÃO NO BRASIL

A questão habitacional no Brasil remonta ao século XIX, quando foram promulgadas as leis do ventre livre e a das terras em 1871, a primeira tornando todos os escravos livres ao nascer e a segunda diferenciando as terras públicas das privadas, e a Lei Áurea de 1888 (libertação de todos os escravos); juntas, estas leis causaram, de um lado, uma grande migração dos negros rumo às cidades e vilas e, de outro, estruturas urbanas onde não seria possível deter suas próprias moradias dentro do ordenamento regular. O resultado natural foi a ocupação desordenada de terras pouco afeitas a este fim, em ambientes de baixa salubridade (MAIOLINO, 2008). Desde fins do século XIX, a resposta governamental foi de viés higienista, à guisa da Paris haussmanniana, como pode ser exemplarmente visto nas grandes cidades brasileiras. O embelezamento, a segregação, a faxina social e a remodelação dos espaços expulsando os antigos núcleos de artesãos e pequenos sitiantes sem nenhuma política habitacional era o corrente, seja na implantação de novas cidades, seja na reforma de centros antigos.

As primeiras políticas habitacionais datam dos anos 1930, quando Vargas aparelha os Institutos de Pensão para o provimento habitacional de seus associados, oficializando um quadro geral em que os prestadores de serviços e trabalhadores autônomos ficavam segregados nas favelas próximas de suas fontes de renda – representando um grande incômodo à urbanização -, e o



operariado era enviado às periferias das grandes cidades. Segundo Câmara, “a modernização segmentada e seletiva do ambiente construído [...] cria uma nova hierarquia e morfologia urbanas que “guetificam” as áreas de moradia das classes populares” (CÂMARA, 2006, p. 38). A década de 1960 assistiu, além da perda de algumas conquistas sociais em todas as áreas, a estruturação do Sistema Nacional de Habitação, que, através das Companhias Habitacionais e com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (criado para este fim) financiava conjuntos habitacionais para as classes trabalhadoras, cooptando à força, associações operárias. Assistiu também a uma maior estigmatização das favelas, com grandes movimentos de remoção e o nascer de movimentos de urbanização (MAIOLINO, 2008). Ainda nos anos 1960, foram organizados movimentos populares e a conhecida resistência “urbanização sim, remoção não”, que preservou vários morros do Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2004). A tônica, porém, era a expulsão das comunidades por meios violentos, como foram os casos do Morro do Pinto e da Catacumba. Até os anos 1970 a regra era a remoção e não a reurbanização das favelas. Ainda nos anos 1980, houve grande proliferação de loteamentos ilegais em áreas ambientalmente frágeis devido à falta de alternativas habitacionais e adoção da reurbanização de favelas como política oficial da maioria das cidades, na tentativa de integração física destes núcleos com a cidade formal. A Constituição Federal (CF) de 1988 cria a função social da propriedade, mas somente em 2000, através de emenda constitucional a moradia passa a ser um direito social. A aprovação do Estatuto da Cidade, regulamentando os artigos 182 e 183 da CF que ocorre em 2001, torna obrigatórios, até 2006, os planos diretores, em que deve ser tratada a questão habitacional.

O programa Minha Casa Minha Vida, de 2009, pretende construir um milhão de habitações para famílias com renda até 10 salários mínimos com protagonismo da iniciativa privada - 97% do subsídio público são destinados à oferta e produção direta por construtoras privadas e apenas 3% a cooperativas e movimentos sociais (FIX e ARANTES, 2009), caracterizando um modelo baseado na lógica de mercado. Favorece a classe média e os grandes empresários da construção aprofundando a dissonância entre a política habitacional e sua finalidade social.

Apesar da aprovação da lei 11.124 de 2005, que criou o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e constituiu o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social¹, as políticas habitacionais ainda exibem fragilidades que resultam em um déficit de cinco milhões e meio de unidades e em mais de quinze milhões de domicílios urbanos duráveis inadequados, segundo estimativas oficiais para 2008².

No caso específico do Rio de Janeiro, a Lei Complementar nº. 101, de 23 de novembro de 2009, trata: "Do objeto, da criação e da delimitação da área de especial interesse urbanístico da região do porto do rio e prevê que “a provisão de habitação de interesse social poderá ser realizada por meio de soluções habitacionais que assegurem o reassentamento da população residente” e que este “poderá ocorrer em todos os setores da Operação Urbana Consorciada” o que significa dizer que haverá remoções sem obrigação do poder público de reassentar os removidos na área do porto. Aqui fica clara a tensão entre o empreendedorismo urbano e a questão habitacional.

¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11124.htm. Acessado em 02 de abril de 2014.

² http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/DHB_2008_Final_2011.pdf.



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, MEGAEVENTOS E QUALIDADE DE VIDA NAS CIDADES

O planejamento estratégico apresentou-se como uma alternativa ao modelo racional-compreensivo nos países desenvolvidos desde 1920. A partir de então, seu receituário enseja um planejamento das cidades feito por experts e autoridades que atenda a objetivos gerais de mercado e adote quaisquer meios, desde que eficientes e eficazes, independentemente de questões valorativas e/ou normativas. Os planos são financiados pelo segundo setor, o da produção privada, que passa a decidir na mesma medida em que financia. Os processos decisórios passam assim das mãos dos governos para o domínio do capital privado – dito mais eficiente, com a aprovação e o encolhimento dos primeiros.

Os megaeventos esportivos conformam hoje a mais adotada e poderosa estratégia neoliberal de empresariamento das cidades, propiciando grandes projetos de reestruturação urbana. Porém, este empresariamento não é somente a assunção de um modo estratégico-empresarial de governar; é também, como consequência, a instituição de parcerias público-privadas visando aumentar sua competitividade no nicho mercadológico e o repasse do território à iniciativa privada conforme suas possibilidades especulativas.

No Brasil, ao recriar a estrutura e a imagem urbanas alegadamente para os eventos, o Estado e seus parceiros vão invertendo as prioridades da habitação social e da mobilidade urbana, para se ater aos aspectos urbanísticos.

Se a questão habitacional no país já é grave por si só, a realização da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas 2016 agrega um novo elemento: megaprojetos com extraordinários impactos econômicos, urbanísticos, ambientais e sociais, incluindo-se a remoção forçada, em massa, de 150.000 a 170.000 pessoas³. A cidade que se produz é a do resgate das externalidades positivas como vista para o mar, proximidade de áreas verdes, proximidade do centro de negócios e mais acesso a transportes e equipamentos, presentes nas áreas centrais (ou em novas frentes de expansão) para o mercado imobiliário e da relocação de seus moradores pobres nas periferias destituídas de equipamentos e transportes adequados, submetendo a população removida a uma baixa qualidade de vida em geral.

MOVIMENTOS SOCIAIS E MANIFESTAÇÕES

As necessidades materiais são um dos principais motivos de ação política individual ou coletiva, como já postulou Olson nos anos 1970. Quando o indivíduo identifica suas necessidades com a de um grupo específico surge uma ação coletiva que pode culminar em movimento social, se transformando muitas vezes em algo superior e em rede "demandas específicas e particulares em ideários politicamente mais amplos, mas suficientemente inclusivos em relação às desigualdades e discriminações" (SCHERER-WARREN, 2008, p. 507). Assim ocorre a conversão dos sujeitos em atores políticos; suas carências são transformadas em demandas, das quais sairão pautas políticas e, destas, ações e protestos. (SCHERER-WARREN, 2008). Boaventura Santos afirma que o potencial de luta de "qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos. [...] Para que essa articulação seja possível, é necessário que os movimentos sejam reciprocamente inteligíveis." (SANTOS, 2002, pag. 35).

Quando pensamos na cidade como palco de ações e disputas de interesses presentes no seu território, citamos Secchi:

³ Dossiê Megaeventos e Violações de Direitos Humanos no Brasil. Em www.portalpopulardacopa.org.br. Acesso em 25.03.2014

A cidade é o lugar onde essas agregações, mobilizando discursos específicos, se encontram e disputam entre si, conquistando reconhecimento, hegemonia e poder. A maior parte das políticas urbanas procura construir, pragmaticamente, uma ponte entre as exigências dos diversos grupos em competição entre si. (SECCHI, 2005, p.51)

De acordo com Scherer-Warren importante para a proliferação dos movimentos é o elemento social que tem “capacidade de gerar mensagem de conexão, mobilização e empoderamento [como os encontros presenciais e os vínculos sociais e políticos. É a partir desses que] as redes de movimentos sociais desenvolvem seus processos mobilizatórios em espaços locais ou regionais [e] de forma articulada buscam impacto midiático” (SCHERER-WARREN, 2008, p. 514). Para a autora

as redes de movimentos sociais, na América Latina, vêm construindo caminhos para uma política emancipatória, na medida em que se apresentam abertas à diversidade das organizações sociais da região [...] traduzindo-as em simbologias e significados para as populações sociais mais excluídas [...] criando utopias de transformação que foram unificadas no lema “um outro mundo é possível”. (SCHERER-WARREN, 2008, p. 515)

Ainda, conforme a autora, por meio dessas articulações em redes de movimentos observa-se o debate de temas transversais, relacionados a várias faces da exclusão social e à demanda de novos direitos (SCHERER-WARREN, 2006).

Relacionando os movimentos sociais ao espaço urbano, Bastos (2013) cita Massey para apontar como o espaço não é algo neutro e estático; está intimamente ligado ao tempo. Desta forma, novas expressões da sociedade e novas conquistas podem alterar o espaço.

4 O QUE DIZEM OS DADOS E A HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS

À pergunta ‘qual o seu principal motivo para participar das manifestações’ e agregando-se as respostas conforme descrito no item Metodologia, os manifestantes responderam conforme a Tabela 1.

Tabela 1 - Motivações principais (pergunta aberta categorizada) e suas respectivas porcentagens

MOTIVAÇÕES	% válida
Saúde	1,5
Violência e Repressão Policiais	1,5
Desigualdade e Injustiça Social	1,7
Educação: sistema, estudantes e professores	5,5
QV: melhorias em geral, melhores serviços e direitos	11,1
Transportes: tarifas ou qualidade	11,7
Apoio, solidariedade, engajamento	16,6
Insatisfação, Revolta, Indignação, vontade de mudar em geral	23,9
Política e Governo (corrupção, indignação)	26,5
TOTAL	100

Fonte: Pesquisa realizada em Métodos de Pesquisa, PPGAU-UFF



É possível dizer que os principais motivos das manifestações foram indignação com a política e os governos e indignação e revolta em geral para 50,4% dos entrevistados, ou seja, o problema está na base da sociedade democrática. A questão habitacional pode estar embutida na indignação com os governos (26,5%) e certamente está na resposta referente à Qualidade de Vida (QV) com 11,1%. Quando convidados a classificar motivações pré-determinadas para sua participação em ordem decrescente, a menos importante, com pontuação igual a 31, foi a opinião dos amigos, em seguida os gastos públicos com pontuação igual a 22 e a corrupção, com pontuação de 19,5. Entre os motivos considerados mais importantes estão a insatisfação com governantes e políticos eleitos (pontuando 14) e a insatisfação com os serviços públicos (pontuação de 13); computados os itens considerados mais importantes (obtendo conceito 1), 45% dos entrevistados declararam como principal motivo os serviços públicos, 29% a insatisfação com governantes e políticos eleitos e 15% a corrupção. Vê-se aqui a relevância da qualidade de vida, ditada por condições materiais e acesso aos serviços públicos. Conforme salientado pela bibliografia revista, são as condições de vida e as políticas governamentais (somando 74% das preferências) a 'cola' que aglutina e dissemina o movimento. Claro está que, o modo estratégico de governar, removendo os pobres para a periferia e investindo na gentrificação das áreas com maior oferta de serviços, está implicado nas manifestações 2013.

Perguntados se, ao participar das manifestações, esperavam melhorias concretas em temas pré-determinados, 82% declararam esperar melhorias nos serviços públicos e 37% o declararam para a questão habitacional.

Correlacionando a esperança de melhorias na habitação, que denota uma preocupação específica com o tema, com as outras variáveis tem-se que quanto mais instruído (95% de certeza) e maior a renda (99% de certeza) do entrevistado, menor a preocupação com a habitação. A esperança concreta de melhorias na habitação também está correlacionada ao tipo de associativismo e ao sentimento de representatividade das instituições.

Questionou-se, então, se as características educacionais e de renda estariam influenciadas pelo grande número de estudantes entrevistados; para neutralizar o possível viés foram filtrados os grupos com 'viés estudantil' e novamente analisados os dados. Enquanto na maioria das variáveis não houve diferenças significativas, as correlações entre esperança de melhoria na questão habitacional e os dados de renda e instrução não são significantes, ou seja, entre os não estudantes, a proximidade com a questão habitacional se espalha igualmente por todas as faixas de renda e níveis de instrução.

Quanto à rejeição das políticas públicas de tendência neoliberal, argumentamos que as motivações 'insatisfação com os governantes e políticos eleitos', 'insatisfação com os serviços públicos' e 'gastos públicos' são reveladoras. Conforme a Tabela 2, 70,4% dos entrevistados declararam que a insatisfação com políticos e governantes foi o primeiro ou segundo motivo mais importante para ir às ruas, o que ocorreu com 70,9% dos entrevistados para a insatisfação com os serviços públicos e com 21,5% para o problema dos gastos públicos. Conclui-se assim que mais de 80% dos manifestantes saíram às ruas tendo como um dos dois principais motivos a insatisfação com as políticas públicas perpetradas pelo empreendedorismo urbano.

Tabela 2 – Importância das políticas públicas para a motivação de participação nas manifestações (em porcentagem de votos)

	Insatisfação com políticos e governantes	Insatisfação com os serviços públicos	Gastos públicos	Somatória de 'insatisfação com políticas públicas'
Mais importante	29,9	46,5	4,9	81,4
2ª mais importante	40,5	24,4	16,6	81,5
Soma por item	70,4	70,9	21,5	

Fonte: Pesquisa realizada em Métodos de Pesquisa, PPGAU-UFF

Além do que demonstram os dados aqui expostos, a relevância da questão habitacional nas manifestações é corroborada pelas respostas governamentais às manifestações. Ainda no calor do momento e atônito pelas questões que tomavam as ruas, uma das primeiras ações do Prefeito Eduardo Paes foi procurar os representantes da Vila Autódromo para renegociar sua permanência, como se detalhará adiante⁴. Passados os primeiros dias, em que nenhuma esfera de governo conseguira apresentar planos ou projetos que aplacassem as multidões, em 10.02.2014, o Secretário Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, declarou que “estamos deslocando companheiros às 12 sedes dos jogos da Copa para verificar in loco quais são os problemas que ainda ocorrem, sobretudo na questão das remoções”⁵. De acordo com Carvalho o governo estuda os “problemas que possam ser questionados nas ruas durante a realização do evento esportivo, como as remoções de famílias para dar lugar a obras de infraestrutura e mobilidade urbana”⁶.

O CASO DA VILA AUTÓDROMO

Vila Autódromo é uma comunidade nascida como vila de pescadores à beira da Lagoa de Jacarepaguá, Rio de Janeiro, há mais de 40 anos e possui a maioria dos lotes em situação regular e com título de Concessão de Direito Real de Uso concedido pelo ex-prefeito César Maia. Demarcada em parte como Área de Especial Interesse Social pela Câmara Municipal em 2005, é agora alvo da fúria higienista do prefeito reeleito para o mandato 2013-2016.

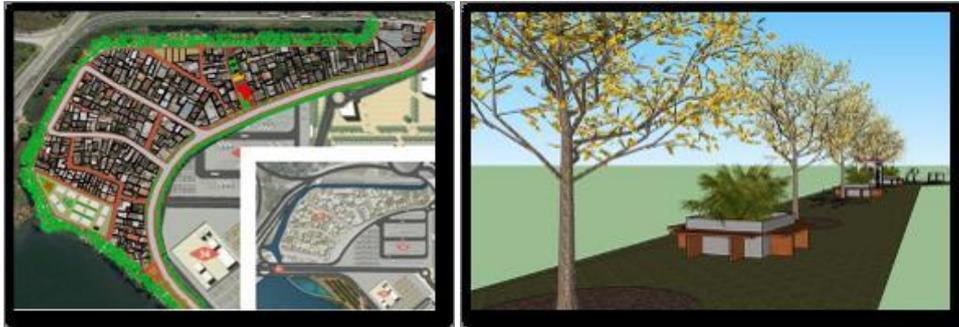
A comunidade já foi alvo de sucessivas tentativas de remoção pelo Poder Público, como parte do projeto de valorização imobiliária da Barra da Tijuca para captura das externalidades positivas ali presentes e entrega da mais-valia resultante aos parceiros privados, mas a comunidade tem resistido por meio da mobilização social. A prefeitura chegou a justificar a remoção como exigência do Comitê Olímpico Internacional – COI, mas o projeto vencedor de concurso internacional mantém a vila e inclui diversas intervenções na Área de Preservação Permanente. Atualmente está em andamento um processo de concessão para a construção do Parque Olímpico que prevê a remoção da vila. A Associação de Moradores, em parceria com a sociedade civil e a comunidade acadêmica, elaborou o Plano Popular da Vila Autódromo, mostrando a possibilidade de permanência com melhoria das condições urbanísticas e contrapondo o discurso oficial da Prefeitura.

4 Informação fornecida pelo Prof. Carlos Bernardo Vainer, um dos interlocutores acadêmicos da Vila.

⁵ Jornal do Commercio de Pernambuco. In jconline.ne10.uol.com.br/t320/noticia/mundo/brasil/noticia. Acesso em 28.03.2014

⁶ Governo quer antecipar diálogo com movimentos 'anti-Copa', diz Carvalho. In <http://m.g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia>. Acesso em 28.03.2014

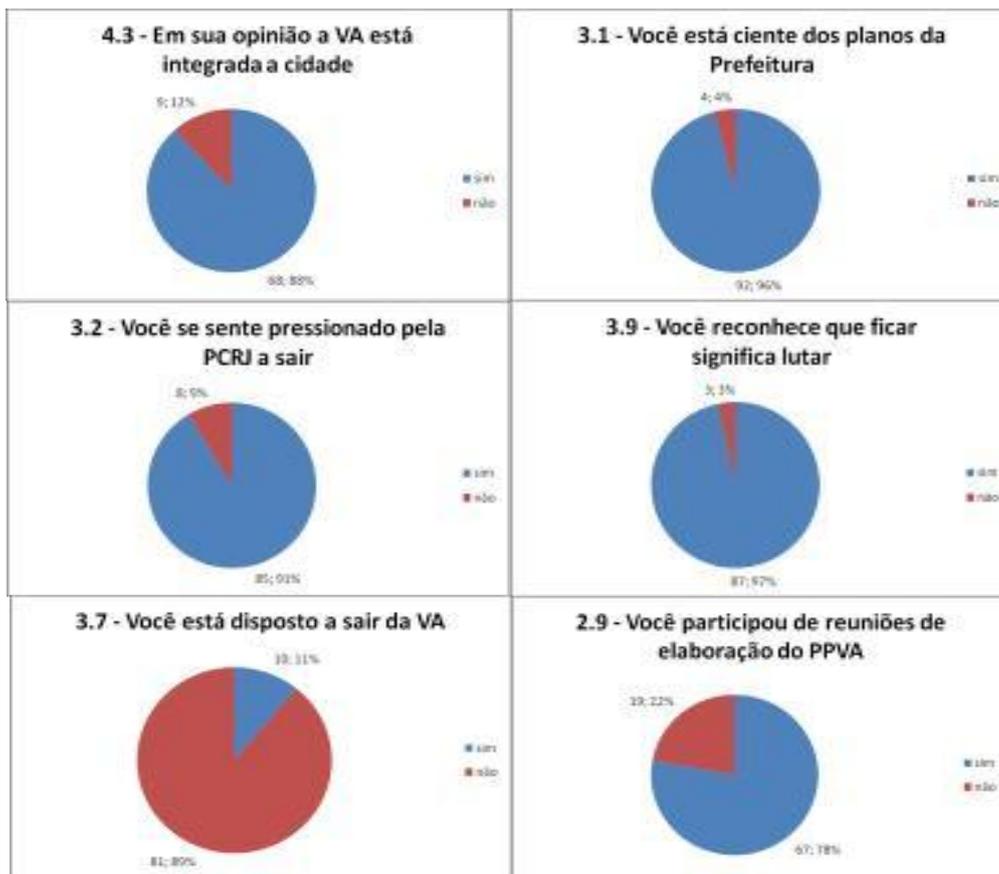
Figura 1 - Localização da Vila Autódromo próxima a Cidade Olímpica e área de lazer projetada para a vila Autódromo



Fonte: <http://www.archdaily.com.br/br/01-127066/o-direito-a-cidade-em-disputa-no-rio-de-janeiro-o-caso-do-plano-popular-da-vila-autodromo>. Acesso em 19 de agosto de 2013.

Após a realização do projeto, foi elaborado um questionário, aplicado às famílias residentes da Vila Autódromo (VA), para verificar o entendimento da população em relação ao plano (PPVA) e as ações da Prefeitura (PCRJ), conforme mostra a Figura 2.

Figura 2 – Respostas à enquete feita na Vila Autódromo



FONTE: BASTOS, Paulo. Tese de mestrado.

A prefeitura ora rechaça a permanência, ora renegocia, ao sabor do momento político, mas sempre colocando os moradores sob extrema pressão. Em 09.08.2013, em resposta às manifestações que tomaram a cidade, o Prefeito se reuniu com os moradores e reconheceu que errou com a comunidade, prometendo a permanência dos moradores, acenando com a

possibilidade de urbanização e comparando os técnicos da Prefeitura a “soldados nazistas, que marcavam casas como se fossem estrelas de Davi”⁷. Porém, com o passar do tempo, novas condições marcaram uma nova fase de negociação e diálogo com a população, e com amenização da tensão devido ao tratamento supracitado, e o espaço de tempo observado no período, a Prefeitura retomou a política de remoção; em 26 de março de 2014 iniciou o processo com a derrubada de seis casas, justificada pela articulação direta com uma pequena porção da comunidade e legitimada por uma liminar concedida pela Justiça, como se pode ver na matéria publicada pelo Ibase:

A Prefeitura do Rio começou nesta quarta-feira (26/3) a derrubada de casas de moradores da comunidade que aceitaram a mudança para um conjunto habitacional. Embora as famílias reassentadas tenham entrado em acordo com a prefeitura – cerca de 200 pessoas -, as remoções ocorreram de forma no mínimo questionável. Elas foram iniciadas às premissas, logo após o Defensor Público geral Nilson Bruno cassar, na noite de terça-feira (25) uma liminar que condicionava a derrubada das casas à apresentação por parte da prefeitura de um plano urbanístico voltado para os cerca de 400 moradores que querem permanecer na Vila Autódromo – ou seja, a maioria⁸.

Neste contexto, marcado por uma nova abordagem do Poder Municipal, que vai de encontro a um acordo feito com a maioria da população, a análise de Massey em Bastos (2013) acerca da mutabilidade do espaço por meio de fatores sociais parece bastante descritiva para se entender o processo vivenciado na Vila.

Figura 2 – Faixa de protesto à entrada da Vila Autódromo



FONTE: <http://www.radiobetel98fm.com.br/novo/tag/cupula-dos-povos-realiza-protesto-contra-remocao-de-familias-na-vila-autodromo/>

5 CONCLUSÕES

As hipóteses deste trabalho parecem corroboradas pela literatura e pelo estudo empírico. Enquanto a história da habitação no Brasil demonstra que as políticas públicas nesta área quase sempre usaram das remoções de viés higienista, o planejamento estratégico vem

⁷ Retirado do site: http://www.espn.com.br/video/350252_eduardo-paes-reconhece-erro-na-vila-autodromo-e-compara-tecnicos-da-prefeitura-com-soldados-nazistas. Acessado em 20 de agosto de 2013.

⁸ <http://www.canalibase.org.br/demolicoes-aumentam-pressao-na-vila-autodromo/>. Acessado em 02 de abril de 2014.



retomando com vigor esta estratégia em nome dos megaeventos. O estudo probabilístico mostrou que os entrevistados, em sua grande maioria – 81% -, foram às ruas por insatisfação com as políticas públicas urbanas e seus gastos e que 82% esperavam, com sua participação, melhorias concretas nos serviços públicos e 37% na questão habitacional. Considerando-se que a correlação entre os que esperavam melhorias nos serviços públicos e na questão habitacional é quase perfeita, pode-se dizer que há, na visão dos manifestantes, uma clara relação entre a melhoria dos serviços públicos em geral e da moradia.

A Vila Autódromo é exemplar quando se considera a importância das questões habitacionais nos resultados das manifestações, já que foi especificamente alvo da consideração dos governantes, que agora procuram aplacar as massas por meio de ações diferenciadas quanto às remoções nos seus territórios.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Paulo. *Vila Autódromo: Lugar e resistência*. Trabalho final da disciplina Seminário de Tese I. Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Urbanismo- Universidade Federal Fluminense. 2013, Niterói, RJ
- BRASIL. *Lei no. 10.257*, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Disponível em: <www.portomaravilhario.com.br>. Acesso em: 12/12/2013
- _____. *Lei 11.124*, de 16 de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11124.htm. Acesso em 01/04/2014
- CÂMARA, Breno P. *Insegurança pública e conflitos urbanos na cidade do Rio de Janeiro (1993-2003)*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Tese de Mestrado.
- CUPULA-DOS-POVOS-REALIZA-PROTESTO-CONTRA-REMOCAO-DE-FAMILIAS-NA-VILA-AUTODROMO. In <http://www.radiobetel98fm.com.br/novo/tag>. Acesso em 19.12.2013
- FIX, Mariana; ARANTES, Pedro Fiore. *Minha Casa, Minha Vida: uma análise muito interessante*. 2009. Disponível em: <http://turcoluis.blogspot.com/2009/08/minha-casa-minha-vidaanalise-muito.html> . Acesso em 12.12.2013.
- GERARDI, Lucia H. O. *Quantificação em Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1981. Pp.12-20.
- HARVEY, David. "Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio". In: *Espaços e debates*. São Paulo. Ano XVI, n° 39, 1996.
- MAIOLINO, Ana L. G. *Espaço Urbano: conflito e subjetividade*. Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2008.
- MONTEIRO, Marcelo. *Esperança Vermelha*, 11.06.2004. Disponível em www.favelatemmemoria.com.br. Acesso em 25.03.2013.
- O-DIREITO-A-CIDADE-EM-DISPUTA-NO-RIO-DE-JANEIRO-O-CASO-DO-PLANO-POPULAR-DA-VILA-AUTODROMO. In <http://www.archdaily.com.br/br/01-127066>. Acesso em 19.12.2013.
- RIO DE JANEIRO. *Lei Complementar n.º 101, de 23 de novembro de 2009*. Modifica o Plano Diretor, autoriza o Poder Executivo a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio e dá outras providências. Disponível em: <www.portomaravilhario.com.br>. Acesso em: 12/12/2013
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Sociologia das ausências e das emergências*. 2002. Disponível em: www.ces.uc.pt/bss/documentos/sociologia_das_ausencias.pdf. Acesso em : 25.03.2014.
- SECCHI, Bernardo. *A Cidade do Século XX*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 21, n.1, Abr. 2006. In: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922006000100007&lng=en&nrm=iso>.



SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória?. *Cadernos do CRH* (UFBA), vol. 21, p. 505-517, 2008.

VAINER, Carlos. Os liberais também fazem planejamento urbano? In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.